

## **INSTITUIÇÕES TOTALIZANTES E ASSUJEITAMENTO DO NEGRO BRASILEIRO**

Yamim Lobo Ivanir dos Santos - UERJ

O presente resumo é parte da pesquisa realizada para meu trabalho de conclusão de curso “Diálogos entre escolas e unidades socioeducativas: docilização, adestramento e produção de subjetividades racistas”, escrita que objetivava investigar como as escolas e as unidades socioeducativas se relacionam em um processo de construção de subjetivações racistas em nome da manutenção de determinada estrutura social.

Para compreendermos melhor como as ideias de escola e de unidades socioeducativas/corretivas que conhecemos atualmente ganham certos sentidos sustentadas em modos de subjetivação racistas, é preciso voltar no tempo, buscando pesquisar minuciosamente como estas instituições e as políticas sociais se entrelaçam na premissa de consolidar a nova nação brasileira, com foco analítico nas transformações sociais do século XX. Portanto, aqui não buscaremos entender como surgem tais instituições, mas sim, buscaremos compreender como estas vão se moldando e ganhando sentido, primando por uma análise genealógica (NEVES s/d: p. 14)

Com a recente proclamação da república em 15 de novembro de 1889, o final do século XIX e o início do século XX foram marcados por diversas transformações políticas e sociais buscando consolidar os princípios que sustentariam esta nova nação emergente. Os anos que se seguiram após esta virada conceitual trouxeram consigo uma série de reformas e novas propostas que tinham como objetivo construir uma sociabilidade polida, domesticada e castrada de acordo com os bons costumes. A partir destes anseios, princípios eugenistas e higienistas tomaram frente no que diz respeito às ideologias norteadoras deste novo tempo.

Pietra Diwan (2015) argumenta que a eugenia, tomada enquanto disciplina científica, objetivava implantar um método de seleção humana baseando-se em premissas genéticas. Ou seja, nesta linha de pensamento, sujeitos negros deveriam ser controlados, cerceados e docilizados apenas por serem negros. Corroborando esta linha argumentativa, Roitberg e Gomes (2023) defendem que a eugenia se desenvolveu no seio da elite brasileira que, primando a consolidação de uma nova nação sem resquícios de degeneração, guiavam as políticas sociais pela proposta de ideias sustentadas em evolução, progresso e civilização da sociedade. Desta forma, a eugenia foi tomada como uma “nova religião da humanidade” ou a ciência do futuro.

Neste contexto, a ideia de melhoramento racial a partir da educação e da saúde ganham protagonismo no debate.

Neste contexto, a instituição escolar vai ganhando centralidade dentro das políticas públicas e sociais eugênicas, sendo utilizada como dispositivo para moldar e controlar os corpos negros em prol da formação do sujeito conforme as novas necessidades de seu tempo. Para além do ensino tecnicista, disciplinas de moral e cívica foram inseridas nos currículos escolares em busca de aperfeiçoar aqueles considerados degenerados em busca da purificação das raças.

Palavras chave: Eugenia; Instituições Totalizantes; Assujeitamento; Escolarização; Socioeducação

### **Referências Bibliográficas**

DÁVILA, Jerry. Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil (1917 – 1945). São Paulo: Editora Unesp. 2006.

DIWAN, Pietra. Raça Pura: Uma História da Eugenia no Brasil e no Mundo. São Paulo: Contexto, 2015.

NEVES, Roseane. Notas para uma genealogia da psicologia social. s/d

ROITBERG, Guilherme Prado; GOMES, Luiz Roberto. Educação, hereditariedade e eugenia. Revista Brasileira de História da Educação, v. 23, n. 1, p. e249, 16 jan. 2023.